

---

## UNIDADES DE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO ÂMBITO DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO

INFORMATION, MEMORY AND RESISTANCE UNITS IN THE SCOPE OF SEXUAL  
AND GENDER DISSIDENCE

---

### **Francisco Arrais Nascimento**

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (GPFTI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4424-8844> E-mail: [Francisco.arrais.nascimento@gmail.com](mailto:Francisco.arrais.nascimento@gmail.com)

### **Denise Cristina Belam Fioravanti**

Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Membro do grupo de estudos ECOAR (Estudos Contemporâneos em Organização, Análise e Recuperação da Informação) da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0333-1601> E-mail: [denisebfioravanti@gmail.com](mailto:denisebfioravanti@gmail.com)

### **Deise Maria Antonio Sabbag**

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI/FFC/Unesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>, E-mail: [deisesabbag@usp.br](mailto:deisesabbag@usp.br); [deise.sabbag@unesp.br](mailto:deise.sabbag@unesp.br)

## RESUMO

Objetivou-se compreender como a informação e o conhecimento para além da cultura material produzidos pelas dissidências sexuais e de gênero têm sido acolhidas pelas unidades de informação sob a óptica das relações de poder. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica de vertente discursivo-desconstrucionista de base foucaultiana, ancorando-se em uma cartografia de documentos. Ao término das análises dos dados, se pode vislumbrar que as unidades de informação refletem em muitos aspectos aquilo que a sociedade impõe enquanto “normal”, “natural” e “desejado” sob a forma de norma (Heteronorma), balizando as representações e consequentemente a preservação memorial de grupos hegemônicos em detrimento de grupos marginalizados.

**Palavras-chave:** Unidades de Informação. Dissidências Sexuais e de Gênero. Relações de Poder.

## ABSTRACTS

The objective was to understand how information and knowledge beyond material culture produced by sexual and gender dissidences have been received by information units from the perspective of power relations. In order to do so, we used a bibliographical research of a Foucauldian-based discursive-deconstructionist strand, anchored in a cartography of documents. At the end of the data analysis, it can be seen that the information units reflect in many ways what society imposes as “normal”, “natural” and “desired” in the form of a norm (Heteronorm), delimiting the representations and consequently the memorial preservation of hegemonic groups to the detriment of marginalized groups.

**Keywords:** Information Units. Sexual and Gender Dissidences. Power relations.

## 1 INTRODUÇÃO

“[...] ‘Gênero’, ‘Classe Social’, ‘Raça’, ‘Sexualidade’, são categorias analíticas e de lutas vazias, se as considerarmos isoladamente” (BENTO, 2015, p.17). O entendimento de que as variáveis apontadas por Bento (2015) isoladamente são vazias do ponto de vista analítico e/ou de lutas, se alicerça na compreensão de que a sociedade se organiza em função de relações de poder, assim, isolar as variáveis não possibilita ao observador vislumbrar as interseccionalidades de forma explícita, dada a própria ação das relações de poder, que se alicerçam e consolidam valendo-se de toda uma engenharia social, que constitui-se de dispositivos de controle, com o objetivo de tornar os sujeitos dóceis politicamente e economicamente ativos (FOUCAULT, 1987a).

Posto isso, se pode vislumbrar que, a sociedade é profundamente estruturada, organizada e marcada por Gênero, em todas as direções, com intensidades e compreensões distintas, ora verossimilhantes, ora inverossimilhantes e reducionistas arraigadas em hierarquias, estereótipos e papéis atribuídos ao gênero de forma proposital ou não, ocasionando uma compreensão distorcida acerca de tal variável.

Ao imergir nos estudos culturais, sob a vertente dos estudos de Gênero, Simone Beauvoir (1970, p. 9) debruçando-se sobre a divisão sexual, e propor sua teoria acerca da mulher enquanto “termo em processo” (RUBIN, 2003; SALIH, 2012), ou ainda, a “[...] construção cultural da mulher como Outro”<sup>1</sup> (THORNHAM, 2001, p. 34), ou seja, “[...] a partir do que não é homem” (JACOBS, 2017, p. 360), afirmando que “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, se pode inferir também que, “[...] os homens não nascem homens, eles são feitos homens” (GABEIRA, 1986, p. 11).

Butler direciona o entendimento acerca da contribuição de Beauvoir sobre os estudos do domínio do Gênero, para além das fronteiras estabelecidas socialmente, a saber: “[...] Penso que a ideia de que alguém ‘se torna’ uma mulher é importante, abrindo a possibilidade de se tornar algo diferente de uma mulher, talvez um homem, ou talvez algo que exija outra forma de prática de nomeação” (RODRIGUES, 2013, p. 26). Tal compreensão está além do que está posto e compreendido pela sociedade, uma vez que, a divisão social binária a qual o processo de colonização do pensamento ocidental<sup>2</sup> condicionou a sociedade, silenciando, apagando e utilizando-se do esquecimento enquanto parte do dispositivo social de controle, se alicerça, criando uma relação de oposição (Macho x Fêmea; Masculino x Feminino; Heterossexual x Homossexual), onde “[...] a mulher, argumenta ela [Wittig], só existe como termo que estabiliza e consolida

<sup>1</sup> Citação original, “[...] *cultural construction of woman as Other*” (THORNHAM, 2001, p. 34).

<sup>2</sup> Segundo Lefebvre (1963, p. 11) “A concepção cristã, formulada com a máxima clareza e com o máximo rigor pelos grandes teólogos católicos. Reduzida ao essencial, define-se através da conceituação de uma hierarquia estática de seres, actos, valores, formas e pessoas. No topo desta escala, ergue-se o Ser Supremo, o Espírito Puro, o Senhor Deus”. Tal pensamento balizou toda a construção do conhecimento ocidental.

a relação binária e de oposição ao homem; e essa relação, diz, é a heterossexualidade” (BUTLER, 2003, p. 164). Ressalta-se que, “[...] as oposições binárias não expressão uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa” (SILVA, 2000, p. 83).

Dessa forma, Sexo (Biológico) e Gênero (Político e Cultural), são lançados socialmente enquanto sinônimos, o que não se configura enquanto uma compreensão verossimilhante, uma vez que, gênero e sexo apresentam construções sociais distintas que se relacionam, tendo a cultura como o meio onde se desenvolvem (HELIEN; PIOTTO, 2012). Segundo Oliveira (2020, p. 20) “[...] gênero é a própria construção cultural do sexo”. Helien e Piotto (2012, p.26) discorrem que

Vivemos em um mundo onde o “ser homem” e o “ser mulher” se apresentam como uma verdade indiscutível e indelével desde o nascimento de um indivíduo, de acordo com seus atributos sexuais biológicos. E assim segue com uma construção social binária, sustentada por estereótipos e papéis que se espera que sejam executados de acordo<sup>3</sup>.

Em consonância com Helien; Piotto (2012) a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p.232) afirma acerca das construções sobre e em torno dos gêneros em uma divisão binária:

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

A narrativa de Salih (2012), revela a ação das relações de poder, sobre os corpos, lançando luz sobre zonas de sombra da sociedade, onde a nomeação “[...] configura-se enquanto uma das questões centrais ao se tratar da relação entre linguagem e realidade, uma vez que, sem ela, a existência fica comprometida e fadada ao esquecimento” (NASCIMENTO, 2021, p. 20). Ressalta-se que, “[...] a violência da não nomeação, elemento fundamental na manutenção das hierarquias sociais pré-reflexivas” (PRADO, 2010, p. 10).

Segundo Butler (2003, p. 168)

A ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performático institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de

<sup>3</sup> Citação original, “[...] *Vivimos en un mundo donde “ser varón” y “ser mujer” se plantea como una verdad indiscutible e indeleble desde que un individuo nace, según sus atributos sexuales biológicos. Y así sigue con una construcción social de manera binaria, sostenida con estereotipos y roles que se esperan sean ejecutados en consecuencia*” (HELIEN; PIOTTO, 2012, p.26).

uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Wittig, ‘somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida por nós [...] ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais’.

Logo, se pode inferir que, nomear torna-se um ato político e ideológico (OLSON, 2002; BUTLER, 1998; 2003). Logo, “o poder de nomear” (OLSON, 2002) é em si uma ação de poder, pois aquele que nomeia, manifesta sobre o que é nomeado, uma ação de poder, que conseqüentemente lança luz sobre o lugar ocupado por cada um dos sujeitos na hierarquia social, ou seja, o ato de nomear evidencia quem tem poder e quem se submete a ele.

Não obstante, Silva (2000, p. 83) aponta de forma incisiva que, “[...] fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e das diferenças”. Assim, a sociedade torna a partir dos discursos hegemônicos, a identidade hegemônica enquanto “normal” atribuindo a ela a característica de naturalidade, sendo a mesma desejável e única. De tal modo, “[...] a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” Silva (2000, p. 83).

Scott (1995, p. 76) destaca que “[...] o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

Em suma,

[...] para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa são suas células reprodutivas (espermatozoides, logo, macho; óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura. [...] Sexo é biológico, gênero é social. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, a maior parte delas é influenciada pelo convívio social (JESUS, 2012, p. 06).

Não obstante, a sexualidade, ou de forma mais clara, a orientação do desejo, fora consolidada de tal forma pela orientação normativa judaico-cristã no processo de colonização do conhecimento ocidental que não se configura em tempos hodiernos apenas como uma orientação, mas um modelo político de organização da vida (COLLING, 2015).

Nesse interim, se pode apreender que a sexualidade não é apenas traço de personalidade, tampouco deveria ser utilizado para definir a vida dos sujeitos, ou classifica-los no âmbito social, estabelecendo uma hierarquia baseada na orientação do desejo. No entanto, o que se pode observar é o que Nascimento *et al* (2020, p. 157) ao estabelecerem diálogo com Rich (1993) e Butler (2002) afirmam,

[...] a heteronormatividade é uma “ordem compulsória” que exige dos sujeitos uma coerência total entre um sexo, um gênero e uma conduta/desejo/afeto, que são obrigatoriamente heterossexuais (aspecto que se reflete homogeneizadamente nas assunções e categorias dos sistemas de organização do conhecimento).

Deste modo, “[...] o gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres ‘devem’ se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios” (PETRY; MEYER, 2011, p. 195).

De forma a sanar distorções e entendimentos não verossimilhantes acerca das variáveis apresentadas até o dado momento, Nascimento (2021) em diálogo com Butler (2003) elabora uma representação do sistema de dobras que compõe os corpos sexuados (Figura 1).

Figura 1 - Representação do sistema de dobras na composição dos corpos sexuados.



Fonte: Nascimento, 2021.

Segundo Butler (2003, p. 196)

[...] há três dimensões contingentes na corporeidade significativa: sexo anatómico, identidade de gênero e performance de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da performance, então a performance sugere uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e performance. Por mais que crie uma imagem unificada da ‘mulher’ (ao que seus críticos se opõem frequentemente), o travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade - através da ficção reguladora da coerência heterossexual. Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência.

Ressalta-se que, não se pode observar questões pertinentes a variáveis sociais e ignorar o sistema em que as mesmas estão imersas. A divisão social em Classes, baseada

na divisão do trabalho e na propriedade privada, sendo os dois pilares do sistema econômico vigente (Capitalismo), nortearam de forma contundente a intensidade com que a violência dos dispositivos de controle social atuaria sobre os corpos abjetos (BUTLER, 2003). Ressalta-se que, esse “mediador econômico” tem sua ação sobre os corpos maximizada ao interseccionar-se com outras variáveis como raça, geração e geografia, criando assim, um grau de violência e exclusão ainda maior sobre os corpos que se distanciam daquilo que foi posto como o “natural”, “normal” e por tanto, desejável.

Tal afirmação pode ser compreendida ao indagar-se por exemplo, onde seria mais difícil manifestar uma identidade sexual não hegemônica? Em uma comunidade periférica ou em um bairro tido como nobre? Quem estaria mais vulnerável a ação da violência, o homossexual masculino normativo que adota uma “identidade discreta” (PECHENY, 2004) ou a travesti que se prostitui na esquina? A violência simbólica e não simbólica, manifestada sob a forma de acesso e privilégios sobre a vida dos sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade podem vir a definir sob a óptica econômica que tipos de corpos podem fazer-se aceitos.

Ao dar voz à questão racial, Davis (2017, p. 22) amplia o discurso ao afirmar que “[...] as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo”. Tal entendimento é evidenciado na narrativa homofóbica e racista destinada a um casal homoafetivo do Rio de Janeiro, “Poupe-nos e nossos filhos de conviverem com gente da laia de vocês!!!! Gente de cor e ainda por cima afeminada não está no nível dos que moram aqui, por favor se retirem” (BOECKEL, 2017, s/p).

Em consonância com tal entendimento, Prado (2010, p. 9) afirma que

A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo.

Nesse interim, norma e desvio, são impelidos a construir territórios de negociação entre liberdade e repressão, onde público e privado são utilizados como marcadores para o acesso e privilégios, pertencimento e inadequação ao espaço.

Deste modo, “[...] A travestilidade encontra-se ainda nas avenidas, esquinas e praças; o lócus privilegiados de sua elaboração” (DAVI; BRUNS, 2015, p. 523) enquanto identidades discretas que adotam uma performance normativa conseguem transitar socialmente desfrutando de certa liberdade, o que por si, torna inverossimilhante a falsa ideia de homogeneidade das margens.

Assim, o estudo aqui apresentado alinha-se com as perspectivas que “[...] enfocam a subjetividade na relação constitutiva com a história” (SOUZA, 1997, p.13). Adotando uma posição teórico discursivo-desconstrucionista de base foucaultiana, “[...]”



que mobiliza o tema da subjetividade em termos de assujeitamento e subjetivação, noções que designam respectivamente os processos em que o indivíduo é determinado e se determina como sujeito com base nas práticas sociais historicamente estabelecidas” (SOUZA, 1997, p.13).

Nesse ínterim, ao voltar-se para os sujeitos em sociedade e imergir em contextos específicos, como é o caso das homossexualidades, se pode vislumbrar uma tessitura complexa e multifacetada inscrita em um cenário rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 2000), construída histórica, geográfica e culturalmente, que tutelam relações de poder que atuam de forma incessante e em todas as direções (horizontal e vertical) incidindo sobre os corpos de forma a torná-los politicamente dóceis e economicamente produtivos (FOUCAULT, 1987a) do ponto de vista dos discursos hegemônicos, em uma complexa engenharia que agrega tecnologias (LAURETIS, 1994), sistemas (FOUCAULT, 1987b; 2000; NUNES, 2016; RUBIN, 2017), Aparelhos de Estado, tanto ideológicos quanto repressivos (ALTHUSSER, 1980), ou sob as linhas de Foucault dispositivos de controle social (FOUCAULT, 2020a, 2020d).

Ao indagar-se sobre “o que é a homossexualidade?”, se reconhece que a mesma é uma coisa, passível de ser definida, compreendida e classificada. No entanto, existe um problema fundante em tal indagação, que se origina na gênese da compreensão acerca da sexualidade humana que se arraiga na divisão binária e oposicional (heterossexualidade x homossexualidade) com a qual os sujeitos são impelidos a compreender o mundo, quando na realidade “[...] a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema” (FRY; McRAE, 1983, p. 7). Logo, não existe uma compreensão acerca da homossexualidade, mas sim, uma pluralidade de possibilidades, a depender do contexto sócio-histórico, cultural e geográfico.

Assim, objetivou-se compreender como as unidades de informação têm lidado com a cultura material para além da informação e do conhecimento produzido pelas dissidências sexuais e de gênero sob a óptica das relações de poder.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O estudo aqui apresentado é de natureza qualitativa ancorado em uma pesquisa documental (cartografia de documentos) (ROLNIK, 2016) buscando, segundo Minayo (2000, p. 21) respostas às questões particulares que não podem ser quantificadas como o universo de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes.

A pesquisa documental foi eleita enquanto método, uma vez que, de acordo com Gil (2019, p.62-63), proporciona algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ressalta-se que, em função da pandemia de COVID-19 que vem assolando o planeta e impactou diretamente no funcionamento

das unidades de informação (Bibliotecas, Museus e Arquivos), fazendo com que o acesso aos acervos tenha sido limitado no decorrer dos últimos anos.

A cartografia de documentos, enquanto uma pesquisa bibliográfica, ancorou-se em um levantamento de dados oriundos de jornais, artigos, livros, notícias *on-line*, além da visitação das páginas das unidades de informação (*on-line*) quando as mesmas estavam disponíveis para tanto, o que possibilitou não apenas a visualização do espaço, mas também do acervo de algumas unidades de informação. Exemplos disso são as páginas dos museus: *Schwules* (<https://www.schwulesmuseum.de/>) e o Museu da Diversidade Sexual (<https://museudadiversidadesexual.org.br/>). Ressalta-se que, no Brasil, em função da ascensão de uma política “conservadora”, artistas e instituições que não comunguem da base ideológica e política do governo tem sido cerceados, limitados ou mesmo não contemplados nos editais da cultura, um exemplo disso é que o museu da Diversidade Sexual no estado de São Paulo, está fechado por tempo indeterminado.

### 3 RESULTADO E DISCUSSÕES

Ao situar o estudo aqui apresentado, identificando as afinidades e suas integrações estabelecidas, é possível compreender a relevância da área em que o estudo se situa, enquanto “ciência de ligação”. O estudo foi desenvolvido tomando por alicerce os estudos culturais, sob o recorte dos estudos de gênero, ancorando-se nas práticas desviantes da norma compulsória da sexualidade (Heteronormativa), tendo como área de desenvolvimento a Ciência da Informação (CI) em sua vertente cultural.

Assim, a CI, segundo Carvalho e Crippa (2013, p.242), ao estabelecer diálogo com Saracevic (1996) afirmam que a “[...] Biblioteconomia, a Comunicação, a Ciência Cognitiva e a Ciência da Computação são as quatro principais áreas que se relacionam com a C.I.”. Nesse ínterim, do ponto de vista das integrações, Araújo (2011, p. 110) afirma que a ciência da informação se constituiu historicamente enquanto “[...] um campo agregador das tradições e conhecimentos acumulados das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia”.

Sabe-se que o acesso à informação e ao conhecimento são fundamentais em todos os aspectos para a prática dos direitos individuais e coletivos de uma sociedade. Neste contexto, a CI busca compreender e descrever as circunstâncias da criação do patrimônio cultural pelos mais diversos grupos sociais presentes nos arquivos<sup>4</sup>, bibliotecas e museus espalhados pelo mundo. Logo nota-se a importância da propriedade intelectual de grupos sociais existente sob tutela de unidades de informação. Entretanto, é fundamental o processo de tratamento da informação para que a mesma seja organizada, representada e disponibilizada de forma a ser possível sua recuperação e que seja viabilizada para as

<sup>4</sup> No estudo aqui apresentado, arquivo não é utilizado como “[...] o conjunto dos discursos realmente pronunciados numa dada época, os quais continuam a existir através das histórias” (REVEL, 2011, p. 12).



demandas por essas informações sejam supridas, tendo enquanto variáveis possíveis nesses processos, a mediação (possibilitando o encontro dos públicos e/ou usuários) parte essencial para a garantia de uso de tais informações, com o lugar (e suas lógicas) e as coleções (objetos, obras de arte, artefatos ou documentos).

Nesse ínterim, Buckland (1991) define Sistemas de Informação como quaisquer unidades que colem, tratem, organizem e disponibilizem “coisas” potencialmente informativas. Assim, ao nos atentarmos ao significado de Sistemas podemos encontrar outra expressão de sentido semelhante, o de Organizações.

Para Almeida Junior e Castro Neto (2014, p. 99) a organização do conhecimento e da informação sempre acompanhou as pessoas e as organizações. Nas unidades de informação e nas empresas a preocupação é com o acesso às informações. Cohen (1995, p.14), os define como canais formais ou informais de comunicação da informação dentro de uma organização ou de uma comunidade, sendo que cada Sistema de Informação é organizado de acordo com as necessidades de seus usuários e sempre apoia uma atividade principal, seja ela de ensino, pesquisa, comércio ou produção, entre outros.

Segundo os autores se pode entender como Sistemas ou espaços de organização e disseminação da informação produzida pelo contexto da sociedade aditada como Bibliotecas, Arquivos e Museus viabilizando o acesso à cultura e possibilitando sua continuidade. Nesse ínterim, o arquivo por natureza está ligado desde seus primórdios a escrita, a burocracia, a administração e aos atos administrativos (ASSMANN, 2011). “Além disso, sua definição de arquivo compreende os componentes de significado ‘substrato’ e ‘resistência’, bem como a instituição dos guardiões que protegem a lei, trazem-na à lembrança e interpretam-na” (ASSMANN, 2011, p.367).

Logo, ao ancorar-se no conceito de dispositivo apontado por Foucault (2000), os arquivos, assim como os museus e bibliotecas são ferramentas compreendidas enquanto partes de toda uma engenharia social que serve, reafirma e respalda relações de poder. Assim, a quem interessa as narrativas de vida de bichas<sup>5</sup> pretas e pobres? Quem poderia reivindicar as memórias dos grupos historicamente marginalizados em função de suas práticas sexuais e/ou de suas orientações do desejo? Tais indagações emergem do contexto social, promovendo uma inquietação acerca do uso e conseqüentemente do acesso e tratamento da informação produzida por determinados estratos sociais.

Norteando-se pelo domínio da CI, debruçando-se sobre seu objeto de estudo, a informação, se pode vislumbrar que grupos marginais compreendidos no domínio das dissidências sexuais e de gênero tem considerado as garantias literária, cultural e de uso (BEGHTOL, 1986; 2002a, 2002b, 2005; DE LA TIERRA, 2008), respeitando uma ética transcultural de mediação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002) e impondo limites a um “poder

<sup>5</sup> O uso do termo “Bicha” é utilizado no estudo aqui apresentado de forma a contribuir com a desconstrução o estigma social criado sobre esse termo, utilizado comumente para definir homossexuais masculinos de forma depreciativa, com ênfase para os afeminados, assim como o termo “viado”.

de nomear” do indexador (OLSON, 2002) em seus eventuais preconceitos e antipatias (ALLPORT, 1954; BERMAN, 1993).

Ao elaborar a teoria acerca dos preconceitos e antipatias no tratamento da informação, Berman (1993) já apontava para uma possível não neutralidade na atuação do profissional da informação. Allport (1954) ao debruçar-se sobre os estudos acerca do preconceito, sistematizou uma escala com cinco níveis, a saber: Antilocução, Esquiva, Discriminação, Ataque Físico e Extermínio. Nesse ínterim, ao utilizar-se da escala de Allport relacionando-a as homossexualidades, se pode observar que no processo de construção histórica da “diferença”, as homossexualidades sofreram/sofrem em intensidades diferenciadas a depender do período, da forma e da gravidade dos atos.

Segundo Flinn (2007, p.152) “[...] o setor de arquivo convencional ou formal não contém e representa as vozes das não-elites, das bases e dos marginalizados. Ou pelo menos se o fizer, o arquivo raramente permite que eles falem com sua voz, por meio de seus próprios registros<sup>6</sup>”. Tal afirmação pode ser comprovada ao observar as ações de poder exercidas sobre a preservação da memória e conseqüentemente sobre a produção das narrativas históricas.

Adentrando aos espaços de preservação, acesso e disseminação da informação, se pode entender que a história se movimentou em um viés “polido”, “higienizado” e pouco democrático, deixando para trás os “diferentes”, grupos constituídos por uma sociedade altamente plural, entretanto conhecidos como minorias. Segundo a professora Viviane Mendonça<sup>7</sup> “Não são minorias porque são poucos, mas porque possuem poucos direitos garantidos, pouca representatividade nas instâncias de poder e pouca visibilidade no cenário social”.

Nesse ínterim, o Brasil é uma nação multicultural, em contrapartida existem diversos grupos com pouca ou nenhuma representação social, em unidades de informação, essa lacuna representativa é claramente percebida na falta de identidade cultural para que o sujeito se reconheça enquanto agrupamento cultural que o norteia socialmente.

Segundo o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que delinea os Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

<sup>6</sup> Citação original: “[...] *the mainstream or formal archive sector does not contain and represent the voices of the non-elites, the grassroots, and the marginalized. Or at least if it does, the archive rarely allows them to speak with their voice, through their own records*”. (FLINN, 2007, p.152).

<sup>7</sup> Viviane Mendonça é Coordenadora do Núcleo de Estudo de Gênero e Diversidade Sexual do campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), minorias sociais são definidas como grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos sociais, culturais, físicos ou religiosos, de gênero ou orientação sexual.

O documento reafirma o direito à liberdade de comunicação e pensamentos, mesmo que de grupos condicionados a minorias. É através das manifestações realizadas por meio de uma grande variedade de linguagens, tais como: arquitetura, desenho, escultura, pintura, escrita, música, dança, teatro e cinema que se cria a Arte. Diante disso, o conhecimento de mundo pode ser reproduzido e conhecido por obras de arte. Para Almeida (2010, p. 10)

[...] basta pensarmos na importância documental da arte, tantas vezes crucial nas pesquisas histórica, sociológica, antropológica, etnográfica, etc. Pinturas, esculturas, peças musicais ou romances mostram-nos como as pessoas de outras épocas e culturas viviam e se organizavam, revelando o seu modo de sentir e de pensar.

A arte representa identidades e as unidades de informação têm papel fundamental em garantir o acesso a esse conhecimento possibilitando sua continuidade. (PINTO, 2012, p. 45) é contundente ao afirmar que “O museu pode afetar de maneira direta ou indireta a interpretação do passado, produzindo distorções advindas da seleção e classificação dos artefatos, em um movimento de criação de narrativa histórica”.

Em consonância com o que Pinto (2012) e balizando o estudo em direção do objeto utilizado, Venegas (2006, p. 99) apontam que ainda existe uma compreensão equivocada acerca da representação de gays e lésbicas, uma vez que, “[...] ao serem definidos pela sua sexualidade, podem somente ser representadas por objetos relacionados ao sexo, uma abordagem que nega outros aspectos de suas culturas<sup>8</sup>”.

Venegas (2006, p. 99) explicita sua argumentação na narrativa,

Certamente, os objetos não estão vivos - eles não têm uma sexualidade intrínseca - no entanto, é provavelmente certo dizer que se assumirá que seus usuários tenham sido heterossexuais a menos que os objetos sejam explicitamente ligados à vida de gays e lésbicas, como no caso de um adesivo da Parada Gay. A história dos objetos deve ser registrada ou seu real significado se perderá<sup>9</sup>.

Nesse interim, alargando a compreensão de informação, mais precisamente para a necessidade de informação, Díaz-Jatuf (2017) aponta a necessidade de informação por estratos sociais situados na margem. Não obstante, acerca da representação em espaços museais, Crimp (2005) aponta o direito de determinados estratos sociais, alocados enquanto minorias, à autorrepresentação, para que essas obras não sejam reduzidas

<sup>8</sup> Citação original: “[...] because lesbians and gay men are defined by their sexuality, they can only be represented by objects relating to sex, an approach that denies other aspects of gay and lesbian culture” (VANEGAS, 2006, p.99).

<sup>9</sup> Citação original: “Certainly, the objects are not alive - they do not have an intrinsic sexuality - however it is probably fair to say that their users will be assumed to have been heterosexual unless the objects are explicitly linked to the lives of gays and lesbians, as in the case of a Gay Pride sticker. The history of objects must be recorded or their real meaning will be lost” (VANEGAS, 2006, p.99).

a “[...] abstrações, linhas e formas, luz e sombra”, em um “discurso de museu” (CRIMP, 2005, p. 10).

Deste modo, experiências sociais em unidades de informação voltadas às dissidências sexuais e de gênero tais como em dezembro de 2020, na cidade de Bogotá, Colômbia foi criada a BiblioRed, uma rede de bibliotecas públicas dentro do Centro Integral de Atenção à Diversidade Sexual e de Gênero (CAIDS-G Sebastián Romero), com obras voltadas para a comunidade LGBTQIAP+. Na biblioteca estão disponíveis mais de mil títulos dedicados à discussão de gênero e sexualidade.

Em Berlim, Alemanha, existe o museu Museu *Schwules*, destinado a exposições temporárias, tida como uma vibrante e gay Meca da arte e da história *queer*. O museu não apresenta receio de correr riscos quando se trata de exposições e arte potencialmente polêmicas, tornando a experiência do museu tão provocadora de pensamento quanto de entretenimento. Também em Berlim, encontra-se o “Memorial para os Homossexuais perseguidos sob o Nacional-socialismo, também conhecido como nazismo. As lésbicas e gays (As demais nomenclaturas compreendidas pela sigla LGBTQIAP+ ainda não eram nomeadas no período) foram especificamente visados pelo Holocausto, e este memorial, inaugurado em 2008, é diretamente oposto ao famoso Memorial do Holocausto em Berlim.

Melbourne na Austrália conta com o *Australian Lesbian and Gay Archives*, fundado em 1978, e conta com um robusto arquivo e biblioteca comunitária baseada em voluntários. A instituição abriga mais de 150 mil itens relacionados à vida histórica LGBTQIAP+, remontando aos primeiros colonos do país até tempos hodiernos. O arquivo hospeda conferências acadêmicas, publica livros e organiza passeios e caminhadas históricas, além de exposições em galerias parceiras pela Austrália, e participa de grandes eventos anuais LGBTQIAP+ como o *Sydney Gay & Lesbian Mardi Gras* e o festival *Midsumma* de janeiro.

No Brasil, São Paulo possui o Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o intuito do museu é difundir a cultura da população LGBT+ no Brasil. O espaço abriga exposições temporárias sobre os mais variados temas relacionados ao universo de pessoas transgêneras, gays, lésbicas, bissexuais e com todas as configurações possíveis de gênero, além de atividades culturais e educativas. Também no Brasil no início de julho de 2015 foi inaugurada em São Paulo a primeira biblioteca Feminista do Brasil, localizada na zona leste da capital recebeu o nome da escritora Cora Coralina se trata de um local amplo decorado por retratos e pinturas produzidos por mulheres, a Biblioteca Feminista surgiu com o propósito de transformação, o espaço traz um grande acervo na área de gênero e diversidade sexual, e surgiu em uma parceria entre as secretarias municipais da Cultura e de Políticas para as mulheres, o acervo foi construído por doações e ainda está em formação.

Esses grupos conhecidos como minorias geralmente são grupos socialmente silenciados, apagados e que têm suas narrativas não disseminadas ou difundidas fora dos

espaços sociais que os acolhem. A aplicação dos princípios éticos e morais impulsiona os profissionais da informação a refletir sobre a responsabilidade social nas instituições de informação e na responsabilidade dos profissionais da informação quanto ao tratamento da informação e sua disponibilização, assim como, o compromisso, o respeito e o acolhimento aos usuários independente de crença, raça ou orientação.

Silva (1960, p. 29) aponta que

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade semelhantes a ele, também excluídos do grupo majoritário, ele tende a encarar de outra forma suas experiências, e ressignifica sua afirmação pessoal como homossexual, atrelando-se cada vez mais a essa categoria.

Diante disso, Briet (2016, p. 1) ao debruçar-se sobre as questões pertinentes a documentação, afirma de forma contundente que: “A latinidade e sua herança sempre deram à palavra ‘documento’ o sentido de lição e prova”. Tal entendimento corrobora com a eloquência do discurso da autora ao definir documento como sendo, “[...] uma prova em apoio a um fato” (BRIET, 2016, p. 1). Ao citar a então definição da *Union Française des Organismes de Documentation* (UFOD) de documento, a saber: “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (BRIET, 2016, p. 1), a autora lança a fundamentação da área.

Assim, ao compreender que informação<sup>10</sup>, conhecimento e comunicação são conceitos indissociáveis (ROBREDO, 2012), e que, “[...] ‘informação’ seria o conhecimento ‘externalizado’, mediante algum tipo de codificação” (ROBREDO, 2012, p. 60). Assim, compreender a embrincada tessitura que compõe a(s) memória(s) (Individual e coletiva) verte-se em uma empreitada complexa, uma vez que, aquilo que se deve ser preservado, compreendido e disseminado, está submetido a relações de poder. Assim, ao entender que “[...] o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder” (FISCHER, 2001, p. 199), e sendo o discurso parte constitutiva, se não o próprio, dispositivo de controle social (o dito e o não dito<sup>11</sup>), e em função do poder com o qual esse discurso é produzido e reverbera, tornando-se “verdade” dada a posição de quem fala (sujeito, grupo social, classe, comunidade discursiva, estrato social) se pode concluir que, “[...] a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente” (FOUCAULT, 2020a, p.11).

<sup>10</sup> Segundo Robredo (2012, p. 60) “[...] a ‘informação’ pode ser: registrada, duplicada, transmitida, armazenada, organizada, processada, recuperada. Sim, mas somente quando extraída da mente e codificada, pela linguagem natural (falada ou escrita), seguindo normas e padrões (gramática, sintaxe) próprios de cada língua, ou de outras linguagens criadas pelo homem (linguagens de programação, que também têm suas gramáticas e sintaxes)”.

<sup>11</sup> Tal entendimento é expresso por Foucault (2000, p. 144) ao apresentar o conceito de dispositivo como, “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”.

Logo,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2000, p.12).

Nesse ínterim, Le Goff (2003, p. 426) reitera que:

[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Assim,

O direito à memória encontra simetria no direito ao esquecimento, tal como acontece, por exemplo, nos casos de traumas, sobretudo na primeira infância. Além disso, esquecer pode ser parte da negociação de identidade estabelecida pelo sujeito em relação a seu passado. Exemplo disso encontra-se nas diversas estratégias de negação da filiação étnica num determinado contexto desfavorável, ou mesmo, a negação do passado como única possibilidade de sobrevivência, tal como acontece nos processos traumáticos de guerras e genocídios. (FERREIRA, 2011, p. 110-111)

Ao retomar o entendimento de Bento (2015) apresentado na introdução deste texto se pode vislumbrar de forma menos opaca o funcionamento das estruturas de poder e das relações de poder inscritas em toda uma engenharia social que visa a docilização política dos corpos e a viabilidade econômica dos mesmos.

Diante disso, questões como representatividade devem ser repensadas, uma vez que, ao serem inscritas em um sistema econômico baseado em relações de poder e consequentemente de opressão, organizações que se afirmam como aliadas a determinadas “minorias” ou causas sociais, podem estar utilizando-se dos artifícios possíveis, como preenchimento de cotas e o uso de símbolos ou bandeiras somente em datas sazonais, apenas para maximizar seus rendimentos ao “investir” em determinados nichos de mercado. Logo, não seria algo real, mas sim, uma estratégia para alcançar um público consumidor diferente e gerar mais lucro, esse tipo de estratégia é chamada de *Pink Money*.

Parker (2002, p. 15) inaugura em sua narrativa, o entendimento acerca daquilo que pode ser compreendido como a gênese do marcador da diferença com base na sexualidade no Brasil, a saber:

Por quase quatro séculos “desde que o primeiro europeu descobriu o que se acreditava ser o Novo Mundo “ imagens semelhantes de um mundo dividido,



separado em universos morais distintos, norte e sul do equador, passaram a ser os tropos mais familiares da imaginação ocidental. E dentro desta visão moral mais ampla, a sexualidade se transformou em uma espécie de precedente máximo “ um marcador fundamental da diferença em um sistema global de trocas simbólicas. De modo que a raça, a sexualidade (abaixo e acima do equador) foi apresentada com elegância como um item especialmente importante no leque de imagens utilizadas para distinguir o Norte do Sul.

Parker (2002) traduz em sua narrativa o processo de colonização do conhecimento pelo qual o Brasil passou em sua construção histórica. As divisões binárias criadas historicamente e inscritas no campo social, onde se circunscrevem as relações de poder, criam modelos analíticos fundamentados na mesma binaridade, modelos esses, que reforçam a compreensão do local destinado a determinados estratos sociais pelos grupos hegemônicos (homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, burgueses e judaico-cristãos).

Assim, direita e esquerda, margem e centro, burguesia e proletariado, heteronormativo e *queer*, seguem a máxima que segundo Bento (2015, p. 16) pode ser resumida a “[...] toda luta política depende das intenções de quem as implementa”. Ressalta-se que, o que Althusser (1980, p. 43) aponta como Aparelhos de Estado<sup>12</sup> (AE), classificados em dois tipos, a saber: quando “[...] o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’” são denominados de Aparelhos Repressivos do Estado (ARP), já os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIP) “[...] funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). Nesse interim, Settingrington (2017, p. 20)

Quando o Partido Nazista começou a perseguição aos homossexuais, não precisou criar leis para proibir o comportamento homossexual, posto que a lei<sup>13</sup> contra a homossexualidade já existia. Tudo o que os nazistas precisavam fazer era aplica-la. [...] Nos anos anteriores à ascensão dos nazistas, eram feitas aproximadamente mil apreensões por ano em função dessa lei, mas poucas acabaram resultando em sentença de prisão. A maioria dos “criminosos” recebia multas, era alertada sobre seu comportamento “desviado” e era então liberada. Na verdade, a lei era tão pouco aplicada que ativistas estavam trabalhando para abolir completamente o Parágrafo 175<sup>14</sup>.

Acontecimentos como o ocorrido em “[...] 6 de maio de 1933, os nazistas invadiram o Instituto para o Estudo da Sexualidade, de Hirschfeld, quebrando tudo o que conseguiram. Alguns dias mais tarde foi organizada uma enorme queima de livros: mas de 12 mil volumes

<sup>12</sup> O Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, entre outros.

<sup>13</sup>“A lei que proibia sexo entre homens era conhecida como Parágrafo 175. Datava de 1871, quando o rei da Prússia unificou diversos reinos em um Estado alemão com uma nova constituição e um conjunto de leis” (SETTINGRINGTON, 2017, p. 20).

<sup>14</sup>Ver a obra cinematográfica “Parágrafo 175” (2000).

foram destruídos” (SETTINGTON, 2017, p.25-26) evidenciam as investidas ideológicas e políticas para um possível apagamento das narrativas divergentes.

A presença de um homossexual, Ernst Julius Günther Röhm (1887-1934) primeiro comandante da *Sturmabteilung* (SA), uma das figuras públicas mais proeminentes do Partido Nazista, em um primeiro momento pode ter tranquilizado os estratos sociais homossexuais durante a ascensão nazista ao poder e no início do processo de perseguição as homossexualidades. No entanto, tal impressão foi assassinada junto com Ernst Röhm no episódio que ficou conhecido como “a noite das facas longas” (30 de junho para 1 de julho de 1934), uma noite de “expurgo” em que Adolf Hitler (1889-1945) se promoveu como “o juiz supremo da nação alemã”.

Mesmo com o fim dos campos de concentração, tanto a Alemanha Oriental quanto a Ocidental mantiveram leis homofóbicas no país, mantendo homossexuais presos até a década de 1970. Apenas no ano de 1994 tal legislação foi revogada.

Não obstante, com a Revolução Cubana (1953-1959), surge em Cuba “[...] o ideal de homem novo<sup>15</sup> que estava associado a valores de coragem, honra e martírio, características que deveriam estar presentes em cada guerrilheiro revolucionário” (RODRIGUES, 2021, p.300). Nesse contexto, no “[...] período de 1965 a 1968 funcionaram em Cuba as Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs)” (RODRIGUES, 2021, p.296), que por definição tratava-se de

[...] uma instituição criada em 1965, em lugares isolados e de difícil acesso, no sul da então província de Camagüey, com o objetivo de reformar aqueles considerados detentores de “vícios capitalistas”, ou seja, homossexuais, religiosos, sem estudante ou vínculo trabalhista, delinquentes e descontentes com o sistema sociopolítico em implantação, por meio do trabalho agrícola como método corretivo em nível individual e político-ideológico<sup>16</sup>. (MARRERO, 2019, p. 94)

Ao refletir sobre o princípio da masmorra e suas três funções (trancar, privar da luz e esconder), que foram invertidas com o panóptismo, que adota a visibilidade como uma de suas posições essenciais, se pode compreender que os campos de concentração nazista e as Unidades Militares de Ajuda à Produção, não atuavam na gestão da vida, na “correção” dos sujeitos tidos como desviantes, ou mesmo na pedagogia dos corpos sexuados como forma de docilização.

Ao identificar, criminalizar, prender, desumanizar, matar, assim o processo de serialização da morte em massa dos indesejados se organizava de forma industrial de modo a erradicar. Quando a direita cerra em campos de concentração e identificam com

<sup>15</sup> Ver a obra cinematográfica “Antes do anoitecer” (2000).

<sup>16</sup> Citação original: “[...] una institución creada en 1965, en lugares aislados y de difícil acceso, en el sur de la entonces provincia de Camagüey, con el objetivo de reformar a aquellos considerados como detentadores de “vicios capitalistas”, es decir, homosexuales, religiosos, sin vínculo estudiantil o laboral, delincuentes y desafectos al sistema sociopolítico en implementación, a través del trabajo agrícola como método correctivo a nivel individual y político-ideológico” (MARRERO, 2019, p. 94).

o triângulo rosa invertido os homossexuais masculinos, a esquerda envia para campos de trabalhos forçados para “reformatar” aqueles que não se adequam ao modelo compulsório de sexualidade eleito pelos grupos hegemônicos, o que resta aos dissidentes sexuais e de gênero além de resistir? Diante disso Spargo (2006, p.19) lembra que

Não há relações de poder sem resistências; essas últimas são mais reais e efetivas porque são formadas bem no ponto onde as relações de poder são exercidas; a resistência ao poder não precisa vir de outro lugar para ser real, nem é inexoravelmente frustrada por ser compatriota do poder.

Os processos de exclusão aos quais foram submetidos os sujeitos praticantes de modalidades alternativas de sexualidade compreendidas nas dissidências sexuais de gênero podem ser observadas em diversas ações como: A doação de sangue por homens que fazem sexo com homens (HsH), homossexuais, bissexuais, era vetada no Brasil até o ano de 2020, em função de

Duas normas administrativas proíbem que o sangue de homens homossexuais seja sequer coletado no país. O artigo 64 da portaria 158/2016 do Ministério da Saúde considera ‘inapto temporário por 12 meses homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes’. O artigo 25 da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece que ‘os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por um período de 12 meses, incluindo-se indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou as parceiras sexuais destes’. (DOMINGUEZ, 2018, p. 14).

Tais normas administrativas refletem a institucionalização de preconceitos, antipatias e proselitismos que cerceiam o acesso a direitos e conferem a marginalidade aos sujeitos que divergem da norma compulsória vigente.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543<sup>17</sup> julgada procedente pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em decisão publicada em 26 de agosto de 2020, tornou as duas normas administrativas sem valor, admitindo assim, a inconstitucionalidade das mesmas, direcionada a homossexuais, bissexuais, HsH e suas parceiras, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana, além da autonomia tanto privada quanto pública de tais estratos sociais, dada sua interpretação consequencialista, orientada pelo estabelecimento de grupos e não de condutas de risco.

Pollak (1990, p. 121) aponta que, a “[...] expressão ‘grupo de risco’ está presente na literatura médica sobre a AIDS<sup>18</sup> desde o registro dos primeiros casos, em 1981”. Acerca dos “grupos de risco”, Pollak (1990, p.13) infere que “[...] a expressão ‘grupo de risco’ torna-se o espelho das condições sociais reservadas a uma categoria especial de

<sup>17</sup> Processo ADI 4001360-51.2016.1.00.0000 DF.

<sup>18</sup> Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS).

pessoas, quando um risco médico, percebido ao mesmo tempo como risco social”.

Pollak (1990) aponta que, a partir do final de 1981, a classificação “grupos de risco” em relação a contaminação pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) fora direcionada aos homossexuais e seu “estilo de vida”, ocupando desde então lugar de destaque nas pesquisas do *Centers for Disease Controls*<sup>19</sup> (CDC) americano, influenciando assim a retomada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades francesas<sup>20</sup> da época da definição de “grupos de risco”.

Nesse interim, Pollak (1990) alerta, “[...] convém observar de que maneira tal organismo [*Centers for Disease Controls*] isolou esses grupos” (POLLAK, 1990, p. 121), concluindo que: “A construção desses grupos age, portanto, pela observação de uma série limitada de casos, pelo isolamento das características comuns a esses casos, a saber: a homossexualidade masculina, o uso de droga intravenosa e a origem geográfica” (POLLAK, 1990, p.123).

Ao estabelecer diálogo com as construções sociais da identidade<sup>21</sup> e da diferença<sup>22</sup> (SILVA, 2000) acerca da questão racial, Oliveira (2020, p. 30) conclui que “[...] a demonização pode ser entendida como uma estratégia quando a figura do Diabo é utilizada visando ao enquadramento social”.

Assim, a conclusão de Pollak (1990) pode ser conferida ao se observar a distribuição de casos de AIDS, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico. Brasil, 1980 – 2003 (Gráfico 1), onde se pode perceber que, a partir do ano de 1992 até o ano de 2009 (Gráfico 2), os números de casos de AIDS entre os heterossexuais superam o número de ocorrências tanto de bissexuais, quanto de homossexuais. No entanto, o estigma fora lançado sobre os grupos minoritários e não sobre a realidade.

Logo, a proibição da coleta e conseqüentemente da doação de sangue por conta da orientação sexual, norteadas por uma visão conseqüencialista, que aloca homossexuais, bissexuais, HsH e suas parceiras enquanto possíveis vetores de transmissão de enfermidades, a narrativa institucionalizada relega, mesmo que de forma desintencional, estes estratos sociais a marginalia, ancorando sua argumentação em ecos discursivos pautados em uma narrativa médico científica superficial já em desuso.

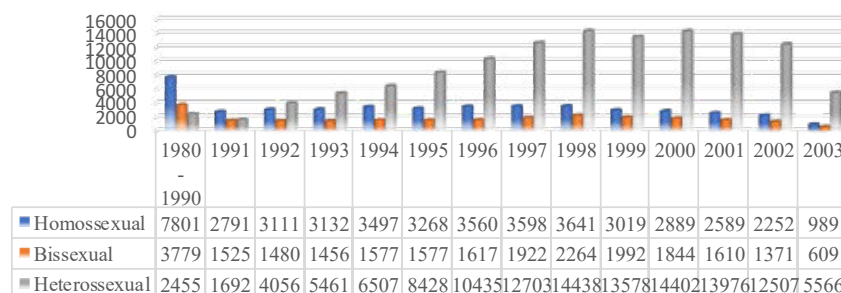
<sup>19</sup> Ver a produção cinematográfica *“The Normal Heart”* (2013).

<sup>20</sup> Ver a produção cinematográfica *“120 battements par minute”* (2017).

<sup>21</sup> Segundo Silva (2000, p. 74) sob uma óptica “[...] a identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”, ao ponto que, também pode ser compreendida como “[...] um significado “cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2000, p.89).

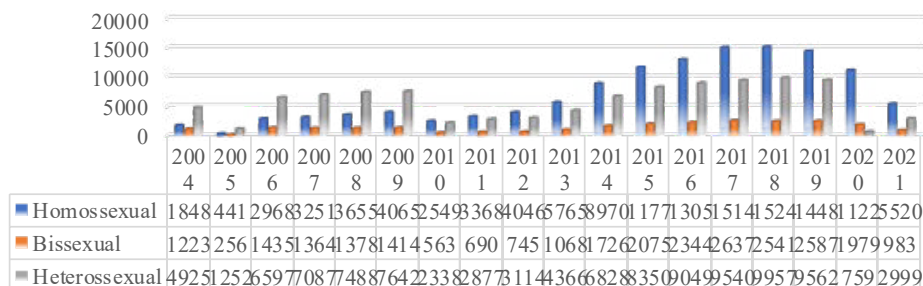
<sup>22</sup> Silva (2000, p. 81) discorre que “[...] identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição “discursiva lingüística [sic]” está sujeita a vetores de força, a relação de poder.

**Gráfico 1** - Casos de aids, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico. Brasil, 1980-2003



Fonte: MS/SVS/PN DST e Aids/SINAN, 2003.

**Gráfico 2** - Casos de aids (números e percentual) em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada por sexo e ano de diagnóstico. Brasil, 2004-2021



Fonte: MS/SVS/PN DST e Aids/SINAN, 2021.

No ano de 2004, a apresentação dos dados é modificada, passando de Casos de AIDS, segundo categoria de exposição hierarquizada e ano de diagnóstico Brasil, para - Casos de HIV notificados no Sinan (número e percentual) em indivíduos com 13 anos de idade ou mais, segundo categoria de exposição hierarquizada, por sexo e ano de diagnóstico. Brasil.

Ainda sobre processos de exclusão, o Brasil no ano de 2021, pelo 13º ano consecutivo, auferiu o posto de país onde mais se mata a população T (Travesti, Transsexuais e Transgêneros), de acordo com a Organização Não Governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU). Para além, do entendimento de uma “tolerância frágil” para com a população T, o país apresenta “[...] um *modus operandi* historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política” (BENTO, 2014, p. 166), atuando de forma a garantir que “[...] os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos” (BENTO, 2014, p. 166), uma vez que, as “[...] conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a contagotas, aos pedaços” (BENTO, 2014, p. 166), perpetuando assim, esse *modus operandi* de controle por meio da inclusão/exclusão.

Assim, se pode estabelecer um entendimento acerca de como procedem os grupos hegemônicos, no trato com determinadas minorias. Um exemplo disso, é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que até 5 de abril de 2022, não poderia ser aplicada a mulheres transsexuais. O precedente foi auferido com decisão publicada no parecer nº 167/2022 – MNG/PGRA<sup>23</sup>.

A questão chegou ao STJ, após recurso do Ministério Público do Estado de São Paulo, contra decisão do juízo de primeiro grau e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), de negarem o acesso a medidas protetivas a uma mulher transsexual, entendendo que a proteção da Lei Maria da Penha seria limitada à condição de mulher biológica, ou seja, foram necessários, dezesseis anos, para que a legislação abrisse um precedente, desvinculando a condição de mulher do sexo (biológico).

Deste modo, Fraser (2017, p. 279) infere que

Quando tais padrões de desrespeito e de desestima se tornam institucionalizados por exemplo na lei, no bem estar social, na medicina, na educação pública e/ou nas práticas sociais e de grupos, mais do que na estrutura de interação do dia a dia elas impedem a paridade de participação, bem como as inequidades distributivas.

Assim, marginalizados, excluídos, silenciados, estereotipados e abjetificados, as dissidências sexuais e de gênero não são ouvidas, gerando assim, uma narrativa histórica única. Adichie (2019, p. 26) aponta que “[...] a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”, gestando cultural e historicamente hierarquias e processos de exclusão.

Adichie (2019, p. 27-28) “[...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes e não somos parecidos” e quando a voz é conferida a determinados grupos de forma intencional, uma vez que, o poder não é proibitivo, mas sim produtivo, ocorre o que Bento (2015, p. 16) conclui: “O que se dá é um ‘roubo’ das múltiplas vozes que são apagadas pelos signos hegemônicos (‘gay’, ‘mulher’, ‘proletária’, ‘negro’) que dizem portar a verdade última de todos os ‘outros’”.

Assim, Adichie (2019, p. 32) conclui que “[...] as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram utilizadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Ao vislumbrar a tortuosa trama que se descortina ao imergir no domínio das homossexualidades ou de forma ampliada das dissidências sexuais e gênero, o leitor pode indagar-se acerca da importância do pertencimento a um grupo, de uma representação

<sup>23</sup> Recurso Especial Nº 1977124 - SP (2021/0391811-0).



verossimilhante e da preservação das memórias de grupos não hegemônicos. Tais indagações só podem ser possíveis ao vislumbrar o outro e reconhecer nele a humanidade que fora apagada no decorrer do processo de construção histórica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das análises dos dados coletados no decorrer do processo de construção do estudo aqui apresentado, se pode vislumbrar que as unidades de informação refletem em muitos aspectos aquilo que a sociedade impõe enquanto “normal”, “natural” e “desejado” sob a forma de norma (Heteronorma), balizando as representações e conseqüentemente a preservação memorial de grupos hegemônicos em detrimento de grupos marginalizados.

Assim, ao compreender que os sistemas de saber/poder nos quais a sociedade está imersa regem toda uma engenharia social para a manutenção do poder. Logo, o entendimento de que o patriarcado se configura enquanto um sistema de produção de conhecimento, uma vez que, o poder não é proibitivo, mas sim produtivo, faz com que as linhas constitutivas dos dispositivos de controle social possam ser percebidas e dimensionadas.

Infere-se assim que, se a homofobia assim como o sexismo tem a mesma gênese social, estando inscritos nos mesmos sistemas políticos e econômicos, a mudança só se daria frente a identificação e combate a hierarquização das margens, possibilitando assim a construção de narrativas diferenciadas e não intencionalmente colocadas como uma variante a norma.

Logo, as unidades de informação, assim como os profissionais da informação necessitam compreender a dimensão do impacto de suas atuações na sociedade, uma vez que, ambos atuam enquanto mediadores do acesso à informação e ao conhecimento produzido, representado e disseminado no âmbito social.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALLPORT, Gordon. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014.

ALMEIDA, Aires. **O valor cognitivo da arte**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1980.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June. 1986.

BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BEGHTOL, Clare. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ-HUERTAS, María José. **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 45-49.

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 13-19.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-165, 2014.

BERMAN, Sanford. **Prejudice and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993.

BOECKEL, Cristina. Casal gay recebe carta exigindo que saiam de vila: 'gente de cor' e 'afeminada'. **G1**, Rio de Janeiro, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/casal-gay-recebe-carta-exigindo-que-saiam-de-vila-gente-de-cor-e-afeminada.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

BUCKLAND, Michael Keeble. **Information and information systems**. ABC-CLIO, 1991.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importam**: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. From: Bodies That Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'. In: GOODMAN, Lizbeth; DE GAY, Jane (Ed.). **The Routledge Reader in Gender and Performance**. New York: Routledge, 1998, p. 282-287.

CARVALHO, Larissa Akabochi de; CRIPPA, Giulia. Ciência da informação: histórico, delimitação do campo e a sua perspectiva sobre a área da Comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online], v. 18, n. 4, p. 241-251. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400015>. Acesso em: 19 Abr. 2022

COHEN, Diana Micheline. **O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária**. 1995. 145p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **Cult – Revista brasileira de Cultura**, São Paulo: editora Bregantini, n. 202, jun., 2015.

CRIMP, Douglas. **Sobre as ruínas do museu**. Fotos Louise Lawler. Tradução Fernando Santos. Revisão da tradução Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológicas travestilidades. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 521-533, set. 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE LA TIERRA, Tatiana. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: DRABINSKI, Emily; ROBERTO, K. R.; BERMAN, Sanford. **Radical cataloging: Essays at the front**, p. 94-102, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. V. 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

DÍAZ-JATUF, Julio. **Necesidades de Información en la comunidad GLTTIBQ (gay, lesbica, transexual, travesti, intersexual, bisexual, queer)**. Tesis de Maestría thesis, Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras/Biblioteca Nacional de la República Argentina, 2017.

DOMINGUEZ, Bruno. Sangue recusado: restrições à doação de sangue exclui homens que fazem sexo com homens da possibilidade de salvar vidas. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro/RJ, n. 189, p. 12-19, jun. 2018.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, n. 10, p. 102-102, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, novembro de 2001.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1** - a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. São Paulo: Paz e terra, 2020b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987a.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 277–294, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FRY, Peter; McRAE, Edwaed. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GABEIRA, Fernando. Machismo. *In*: GRANDINO, Adilson et al. **Macho masculino homem**. São Paulo: L & PM Editores Ltda, 1986, p. 11-17.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, Maria José. **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

HELIEN, Adrián; PIOTTO, Alba. **Cuerpxs equivocadx**: hacia la comprensión de la diversidade sexual. Buenos Aires: Paidós, 2012.

JACOBS, Daiane Dordete Steckert. Corpo Vocal, Gênero e Performance. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 359-381, ago. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

MARRERO, Roberto Garcés. Los primeros años de la Revolución cubana y las Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP). **História crítica**, n. 71, p. 93-112, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Nomear, classificar, existir**: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+. 2021. 276 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília - SP, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Arrais *et al.* Autonegação e autoclassificação das homossexualidades masculinas e sexualidades alternativas no Brasil. **Investig. bibl**, Ciudad de México, v. 34, n. 84, p. 151-168, set. 2020.

NUNES, Débora Machado. **O pensamento feminista na economia**: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador**: culturas do desejo, homossexualidade e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PECHENY, Mario. Identidades discretas. *In*: RIOS, Luís Felipe et al (Orgs.). **Homossexualidade**: Produção Cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 16-33.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.193-198, 14 jul. 2011.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e QUEER. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 44–55, 2012.

POLLAK, Michel. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRADO, Marco Aurélio M. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. *In*: BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 7-11.

- REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In.*: GELPI, Barbara Charlesworth; GELPI, Albert (Ed.). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.
- ROBREDO, Jaime. Filosofia da ciência da informação *ou* Ciência da informação e filosofia? *In.*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 35-74.
- RODRIGUES, Amanda Aparecida Gomes. Memórias da repressão do governo revolucionário a homossexuais em Cuba: um estudo dos testemunhos de ex-umapianos (2007-2019). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/35321>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **Cult – Revista brasileira de Cultura**, São Paulo: editora Bregantini, n. 185, novembro, 2013.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.
- RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 1996.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In.*: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.
- SETTINGTONG, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.
- SILVA, José Fábio Barbosa da. **O homossexualismo em São Paulo**: um estudo de um grupo minoritário. São Paulo, 1960 (Monografia de especialização), Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1960.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne**: o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- SPARGO, Tamasim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- THORNHAM, Sue. Second Wave Feminism. *In.*: GAMBLE, Sarah (Ed.). **Feminism and Postfeminism**. London; New York: Routledge, 2001. p. 29-42.



VANEGAS, Angela. Representing lesbians and gay men in British social history. *In*: SANDELL, Richard. **Museums, society, inequality**. London, UK: Routledge, 2006. p. 98-109.

#### **FILMOGRAFIA**

120 battements par minute. Direção: Robin Campillo. Produção: Hugues Charbonneau; Marie-Ange Luciani; Jacques Audiard. França: Les Films de Pierre; France 3 Cinéma; Page 114, 2017. Disponível em: <https://vizer.tv/filme/online/120-batimentos-por-minuto>. Acesso em: 9 abr. 2022.

ANTES do amanhecer. Direção: Julian Schnabel. Produção: Julian Schnabel. Estados Unidos: El Mar Pictures; Grandview Pictures, 2000. 1 DVD.

THE NORMAL Heart. Direção: Ryan Murphy. Produção: Brad Pitt; Ryan Murphy; Scott Ferguson. Estados Unidos: HBO Films; Plan B Entertainment, 25 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.hbobrasil.com/movies/detail/normal-heart-the-hbo224697>. Acesso em: 4 maio 2022.

PARAGRAPH 175. Direção: Jeffrey Friedman; Rob Epstein. Produção: Rob Epstein; Jeffrey Friedman; Janet Cole; Michael Ehrenzweig; John Hoffman. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: Channel Four Films; Cinemax; HBO Theatrical Documentary; Telling Pictures; Zero Film GmbH, 2000. 1 DVD.

**Recebido/ Received: 17/07/2022**  
**Aceito/ Accepted: 09/08/2022**  
**Publicado/ Published: 30/08/2022**